

**AO JUÍZO DA XX VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO  
JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXXXXXXXXX - DF.**

autos do processo nº XXXXXXXXXXXXXXXX

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, já qualificada nos autos, vem por intermédio da Defensoria Pública, **ESPECIFICAR PROVAS** aduzindo para tanto, o que se segue.

A partir de análise da contestação, verifica-se que o Réu alega que a autora teria alcançado a pontuação 09 na tabela ABEMID, razão pela qual necessitaria de internação na modalidade *home care* apenas por 6 horas diárias.

Assim, verifica-se que **a tese defensiva se funda em fato modificativo do direito da autora, cujo ônus probatório é do Réu, nos termos do art. 373, II, do CPC - já que a autora comprovara o fato constitutivo de seu direito por meio do laudo médico acostado à inicial (id 12107538), que amparou o deferimento da tutela antecipada por este Juízo.**

Vale destacar, também, neste ponto, que **a jurisprudência é uníssona no sentido de ante a prescrição do médico responsável, não cabe ao plano de saúde se imiscuir no tratamento preconizado, conforme pacífico entendimento jurisprudencial;**

APELAÇÃO CÍVEL - PLANO DE SAÚDE -  
NEUROPATIA MOTORA MULTIFOCAL DE CAUSA  
AUTOIMUNE - NEGATIVA DE COBERTURA -

ALEGAÇÃO DE TRATAMENTO EXPERIMENTAL - DANOS MORAIS. **Compete ao médico especialista decidir qual o tratamento adequado ao paciente, bem como sua duração, baseando-se no diagnóstico e nas possibilidades terapêuticas, não podendo o plano de saúde limitá-lo.** A recusa de fornecer medicamento tido como indispensável ao tratamento do paciente sob o argumento de que seu uso é feito em caráter experimental (off label) é ilegítima. A dor e o sofrimento psíquico experimentados com a indevida recusa de cobertura do tratamento pelo plano de saúde, o qual só foi realizado mediante determinação judicial, caracteriza o dano moral indenizável (R\$ 4.000,00). Negou-se provimento ao apelo da ré e negou-se provimento ao apelo do autor. (TJDFT - APC: 20130110756630 , Relator: SÉRGIO ROCHA, Data de Julgamento: 11/11/2015, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 18/11/2015 . Pág.: 234);

DIREITO DO CONSUMIDOR. PLANO DE SAÚDE. CUSTEIO DE PROCEDIMENTOS POR INDICAÇÃO MÉDICA. ALEGAÇÃO DE TRATAMENTO EXPERIMENTAL. RECUSA INDEVIDA. PROCEDIMENTOS MÉDICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE. ROL MERAMENTE EXEMPLIFICATIVO. DANO MORAL. CONFIGURADO. FIXAÇÃO DO QUANTUM. 1. As relações jurídicas entre as operadoras de planos de assistência à saúde e os contratantes dos serviços são regidas pela legislação especial e, em caráter complementar, pelo Código de Defesa do Consumidor. 2. Mostra-se ilegítima à operadora de plano de saúde recusar cobertura determinado procedimento médico, essencial ao tratamento e à restauração da saúde do paciente, sob o argumento de se tratar de caráter experimental, sob pena de ofensa ao princípio da universalidade previsto no art. 35-F da Lei nº 9.656/1998 e aos princípios da transparência e boa-fé objetiva consagrados nos artigos 4º, caput, e artigo 6º, III, do Código de Defesa do Consumidor. 3. **Não cabe ao plano de saúde delimitar o tratamento para as doenças objeto da cobertura contratual, porquanto cabe somente ao médico especialista decidir qual o tratamento mais indicado ao problema de saúde do paciente e que lhe garantirá maior possibilidade de recuperação.** 4. O rol de serviços médico-hospitalares editado pela ANS é de natureza meramente exemplificativa, não esgotando todos os tipos de tratamentos cobertos pelas companhias de seguro. 5. A negativa indevida de cobertura por si só gera danos morais, na medida em que agrava o estado de abalo psicológico e de angústia sofrido por alguém que já se encontra aflito com problemas graves de saúde,

afastando, ainda, a hipótese de que o simples inadimplemento contratual não gera danos morais. 6. Na compensação por dano moral, há de se considerar a situação pessoal e funcional de cada parte, tendo em vista o caráter compensatório que se almeja. Deve, pois, o quantum da reparação, assentar-se em parâmetros de razoabilidade e proporcionalidade de modo a alcançar os fins reparatórios visados. Excessiva a fixação do dano, é necessária a sua redução. 7. Apelação conhecida e parcialmente provida. (TJDFT - APC: 20140910092748 , Relator: ANA CANTARINO, Data de Julgamento: 17/06/2015, 3ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 26/06/2015 . Pág.: 127)

Ademais, **ainda que assim não fosse** – o que se admite apenas para argumentar – **seria o caso claro de inversão do ônus da prova**, nos termos do inciso VIII do art. 6º do CDC<sup>1</sup>, já que a autora comprovara a verossimilhança de suas alegações por meio do laudo acostado à inicial e é claramente hipossuficiente, enquanto o Réu detém melhores condições técnicas de comprovar suas alegações.

Destarte, **não seria necessário, por parte da autora, a produção de novas provas - já que o laudo do médico responsável comprovaria o fato constitutivo de seu direito - enquanto o ônus de comprovar o fato modificativo competiria ao Réu.**

Contudo, em respeito ao princípio da eventualidade, caso assim não entenda este juízo, pugna a autora subsidiariamente pela produção de prova pericial e testemunhal, cujos róis serão apresentados nos prazos legalmente estabelecidos.

XXXXXXXXXXXX - DF, XX de XXXXXX de XXXX.

---

<sup>1</sup> Art. 6º - **São direitos básicos do consumidor:**  
(...)

VIII - **a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova**, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando ele for hipossuficiente, segundo as regras ordinárias da experiência;

---

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

DEFENSOR PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL